Revista Eletrônica Pesquiseduca
Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação
v. 18 n. 50 (2026)
set/dez
ISSN: 2177-1626

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

DOI: 10.58422/repesq.2026.e2067

Editorial

Rupturas e resistências: a Educação diante de um Mundo em transformação

Prezado leitor,

Chegamos à quinquagésima edição da Revista *Pesquiseduca*. São cinquenta números construídos pelo trabalho coletivo de pesquisadores, autores, pareceristas, editores e tantos colaboradores que, ao longo dessa trajetória, contribuíram para consolidar este espaço de produção, circulação e debate do conhecimento educacional. A todos, nosso reconhecimento e agradecimento. Mais do que celebrar uma marca editorial, queremos reafirmar o compromisso que sustenta esta publicação: acolher a pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas, preservar o rigor científico e fortalecer uma produção acadêmica socialmente comprometida, capaz de interrogar a realidade, tensionar conhecimentos estabelecidos e contribuir para a construção de outros horizontes educativos.

Para marcar esta quinquagésima edição, escolhemos colocar em discussão as rupturas e resistências que atravessam a educação contemporânea. Uma escolha que reafirma nossa compreensão de que a produção científica precisa permanecer atenta aos movimentos da história, às contradições do presente e às possibilidades de construção de outros horizontes educativos.

Estamos percebendo os sinais de um mundo em acelerada transformação. Mais do que isso, estamos vivendo um tempo em que rupturas paradigmáticas se anunciam, colocando em questão não apenas nossas formas de viver e conviver, mas também os referenciais com os quais aprendemos a interpretar a realidade. Há algo de particularmente inquietante neste momento histórico: as mudanças não parecem ocorrer apenas no interior das estruturas que conhecemos, mas atingem os próprios fundamentos que sustentaram nossas maneiras de pensar, conhecer e agir.

Talvez uma das maiores dificuldades de nosso tempo esteja justamente aí: continuamos, muitas vezes, tentando compreender uma realidade que se reorganiza profundamente por meio de categorias construídas para explicar um mundo que já não existe da mesma maneira. Não se trata de afirmar que todo o conhecimento acumulado perdeu sua validade, mas de reconhecer que nossos instrumentos de interpretação precisam ser permanentemente interrogados, confrontados com as contradições do presente e reconstruídos à luz das novas questões que a realidade nos impõe.

Essas rupturas não são movimentos lineares de continuidade ou acontecimentos inevitáveis, produzidos à margem da história e das relações sociais. As transformações que atravessamos expressam disputas entre projetos de sociedade, interesses econômicos, formas de exercício do poder e diferentes concepções de humanidade. Nem toda ruptura inaugura possibilidades emancipatórias. Algumas desestabilizam estruturas de dominação; outras, ao contrário, reorganizam e aprofundam mecanismos de desigualdade, controle e exclusão, frequentemente revestidos de discursos de inovação, modernização e eficiência.

É nesse terreno contraditório que a educação se encontra. Não como espectadora das transformações, tampouco como instância capaz de resolvê-las isoladamente, mas como prática social historicamente implicada nas disputas pela produção dos sentidos da existência coletiva. A educação participa da reprodução das relações sociais, mas também pode produzir condições para interrogá-las, desnaturalizá-las e transformá-las. Essa possibilidade, entretanto, não está assegurada pela simples existência de práticas educativas: depende das intencionalidades políticas, dos fundamentos epistemológicos e das condições concretas em que tais práticas se realizam.

E a pesquisa educacional? Que perguntas precisamos formular quando as respostas historicamente disponíveis já não parecem suficientes? Como reconhecer as novas formas de dominação sem perder de vista as resistências que se constituem no cotidiano das instituições, nas práticas dos educadores e nas experiências dos sujeitos? Talvez nosso maior desafio não seja apenas produzir novos conhecimentos sobre a

educação, mas interrogar os próprios modos de produzi-los, seus compromissos, seus limites e suas possibilidades de contribuir para a construção de outras realidades.

É com essas inquietações que apresentamos o número 50 da Revista *Pesquiseduca*. Os trabalhos reunidos nesta edição percorrem diferentes tempos históricos, territórios, instituições e experiências formativas. Não constituem um conjunto homogêneo de interpretações, nem pretendemos submetê-los a uma única perspectiva teórica. Interessa-nos, precisamente, reconhecer na diversidade das investigações as questões que atravessam o campo educacional contemporâneo, aproximando problemas que, embora situados em realidades distintas, revelam tensões comuns entre conhecimento e poder, formação e trabalho, inovação e permanência, regulação e autonomia.

Para compreender as rupturas do presente, parece-nos necessário reconhecer, inicialmente, que a educação não se constitui fora da história. Suas instituições, concepções e práticas carregam marcas de projetos sociais que se confrontam, se sucedem e, muitas vezes, permanecem sobrepostos. É nessa perspectiva que o artigo *Filosofia e história da educação brasileira,* numa perspectiva artística, de Laura Silveira Santiago e Rosane Michelli de Castro, propõe uma leitura da história educacional brasileira articulando tendências filosóficas e expressões artísticas presentes nas canções de Chico Buarque. Ao aproximar filosofia, história e arte, o estudo amplia as possibilidades de interpretação da experiência educacional brasileira e nos convida a perceber que a produção artística também pode constituir uma mediação fecunda para compreender as contradições de uma sociedade e de seus projetos formativos.

Essa compreensão histórica encontra outra expressão no artigo *A educação escolar de Cianorte no contexto de colonização do município (1953-1973*), de Daniel Longhini Vicençoni, Gabriela Ferneda de Oliveira e Marli Delmonico de Araujo Futata. Ao investigar a constituição das primeiras instituições escolares do município paranaense, os autores evidenciam as relações entre escolarização, ocupação territorial, modernização econômica e políticas de colonização. A pesquisa permite problematizar a aparente neutralidade da expansão escolar, mostrando que a organização da instrução pública se articula às condições históricas e aos interesses que orientam a produção e a ocupação dos territórios.

Esses estudos nos ajudam a compreender que as instituições educacionais não são construções abstratas. Têm história, materialidade e intencionalidades. Por isso, pensar suas transformações exige reconhecer tanto as condições que lhes deram origem quanto as relações de poder que continuam a atravessá-las.

A discussão ganha outra dimensão quando deslocamos o olhar para os sujeitos e os conhecimentos historicamente subordinados pelas formas hegemônicas de organização curricular. No artigo *Diálogos entre o Currículo Crítico e a Educação Escolar Quilombola*, Ligia Marise Lima Costa, Teodoro Adriano Costa Zanardi e Maria Evylana Alves de Araujo analisam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola em diálogo com referenciais críticos e decoloniais. Territorialidade, memória ancestral, justiça epistêmica e projeto político-pedagógico constituem dimensões fundamentais dessa reflexão. O estudo evidencia possibilidades de construção de práticas curriculares comprometidas com o enfrentamento ao racismo, ao mesmo tempo que reconhece os obstáculos impostos pela permanência de concepções curriculares hegemônicas.

Há aqui uma questão que ultrapassa a discussão sobre a inclusão de determinados conteúdos no currículo. Trata-se de interrogar quem tem legitimidade para produzir conhecimentos, quais experiências são reconhecidas como formativas e que relações de poder definem os saberes considerados necessários à educação escolar. A ruptura epistemológica, nessa perspectiva, não se realiza apenas pela ampliação de repertórios, mas pelo questionamento das hierarquias que historicamente organizaram a produção, a circulação e a validação do conhecimento.

Essa problemática adquire contornos particularmente expressivos no artigo *Seu conhecimento não serve para o município: profanar ritos e (re)inventar o valor do saber na Educação Básica,* de Nilcelio Sacramento de Sousa. Partindo de uma experiência vivida pelo professor pesquisador, o trabalho examina processos de desautorização e silenciamento de saberes no cotidiano da escola pública. A pesquisa narrativa permite compreender como relações institucionais de poder podem converter práticas e procedimentos em mecanismos naturalizados de controle, restringindo a autoria docente e a legitimidade de determinados conhecimentos.

Ao recorrer à noção de pedagogia profana, o estudo propõe deslocamentos desses ritos e abre possibilidades para reconhecer outros modos de produzir saberes e de existir na escola. A resistência, nesse caso, não aparece como uma abstração discursiva, mas como possibilidade construída no enfrentamento das relações concretas que procuram subordinar o professor e desqualificar sua experiência intelectual e profissional.

Não seria essa uma das contradições mais inquietantes da educação contemporânea? Ao mesmo tempo que se proclama a necessidade de professores inovadores, criativos e reflexivos, multiplicam-se mecanismos de controle que limitam sua autonomia e procuram definir, externamente, o valor de seus conhecimentos e de suas práticas.

A reflexão sobre as condições concretas do trabalho educativo prossegue no artigo *Entre condições de trabalho e qualidade de vida docente: indícios de mal-estar na gestão escolar*,

de Zildete Soares Aranha Azevêdo, Regiane Dias Cardoso e Berta Leni Costa Cardoso. A investigação, realizada com gestores de escolas municipais, evidencia relações entre intensificação do trabalho, sobrecarga profissional e sofrimento. Seus resultados nos convocam a questionar a naturalização de exigências institucionais que ampliam responsabilidades sem assegurar condições adequadas para seu exercício.

O mal-estar identificado não pode ser compreendido apenas como dificuldade individual de adaptação. Ele remete às formas de organização do trabalho, às políticas de valorização profissional e às condições em que professores e gestores precisam responder às demandas da escola. Trata-se, portanto, de reconhecer que a qualidade da educação não pode ser dissociada das condições de existência e de trabalho daqueles que a realizam.

Também no âmbito da pós-graduação encontramos tensões entre finalidades formativas, exigências institucionais e condições de produção do conhecimento. George Almeida Lima e Diego Luz Moura, no artigo *A produção científica sobre os mestrados profissionais no Brasil: uma revisão sistemática da literatura*, analisam questões que atravessam a consolidação dessa modalidade formativa. A investigação identifica descompassos entre as expectativas de qualificação profissional, a centralidade institucional da pesquisa acadêmica e as possibilidades de articulação entre conhecimento e intervenção nas práticas profissionais.

O estudo nos conduz a uma indagação importante: como construir processos de formação avançada que não estabeleçam uma separação artificial entre produção científica e transformação das práticas? A questão não se resolve pela simples aproximação instrumental entre teoria e aplicação, mas exige discutir a natureza do conhecimento produzido, suas finalidades e as condições coletivas de sua elaboração.

Esse debate encontra desdobramentos significativos nos trabalhos que abordam a formação continuada de professores. No artigo *Formação continuada pelo processo de Investigação-Ação: fomentando práticas reflexivas na Amazônia*, Luciana Larissa Gama de Oliveira e Luely Oliveira da Silva investigam as potencialidades da Investigação-Ação na formação de docentes de Ciências da Natureza, considerando as especificidades da Amazônia paraense. Os resultados destacam a importância dos processos colaborativos, da reflexão crítica sobre a prática e da construção de propostas pedagógicas contextualizadas.

A formação deixa, assim, de ser concebida apenas como transmissão de conhecimentos previamente organizados para os professores e passa a ser compreendida como processo no qual os sujeitos investigam suas próprias práticas, confrontam interpretações e constroem possibilidades de intervenção. Não se trata de

negar a importância dos conhecimentos sistematizados, mas de reconhecer que sua apropriação pedagógica exige diálogo com as condições concretas em que o trabalho docente se desenvolve.

Em direção convergente, Ana Luiza de Freitas Kessler e Rosane Nunes Garcia, no artigo *Formação continuada interdisciplinar, colaborativa, dialógica e reflexiva: contribuições para a prática docente na Educação Básica,* analisam uma experiência formativa envolvendo professores de Matemática e Ciências da Natureza. A pesquisa evidencia a contribuição do diálogo entre pares, da colaboração e da reflexão sobre a ação docente, em contraposição às limitações de propostas formativas centradas predominantemente em exposições e transmissões de conteúdos.

Os dois trabalhos, respeitadas suas especificidades, permitem reconhecer uma questão fundamental: a formação docente não se transforma apenas pela renovação de conteúdos ou pela adoção de novas metodologias. Sua potência formativa depende das relações que estabelece com a experiência profissional, com a produção coletiva de conhecimentos e com a possibilidade de os professores se reconhecerem como sujeitos de sua formação.

A discussão sobre inovação educacional, tão presente nos discursos contemporâneos, merece igualmente ser interrogada em seus fundamentos. No artigo *Hacia una cuarta generación de la innovación educativa: una propuesta teórica radical e inclusiva*, Agustín de la Herrán Gascón, Ana Fernández Angosto, Nivia Tomasa Álvarez Aguilar e Ivan Fortunato propõem uma reflexão teórica sobre diferentes gerações epistemológicas da inovação educativa. Ao examinarem os limites de abordagens anteriores, os autores defendem a ampliação da consciência pedagógica e a consideração de dimensões formativas que permaneceram historicamente secundarizadas.

O trabalho oferece elementos para uma discussão que consideramos indispensável: o que efetivamente caracteriza uma inovação educacional? A novidade de seus procedimentos? A incorporação de recursos e tecnologias? Ou a possibilidade de transformar os fundamentos e os sentidos da formação? Em um cenário no qual a inovação frequentemente se converte em exigência institucional e valor em si mesma, torna-se necessário distinguir mudanças de procedimentos de transformações efetivas nas concepções e finalidades educativas.

Essa problematização ganha materialidade nos artigos dedicados às tecnologias digitais. Em *Competências digitais na educação moçambicana: impactos no processo de ensino-aprendizagem,* Helen Rosa, Raquel Patricio e Bruno Gonçalves investigam as contribuições das competências digitais para a transformação das práticas educativas

em Moçambique. O estudo destaca possibilidades de ampliação da autonomia dos estudantes, do pensamento crítico e da atuação pedagógica de professores e alunos.

Por sua vez, María Cristina López de la Madrid e Katiuzka Flores Guerrero, no artigo *Integração de TIC na Educação Superior. Problemas na pandemia, soluções na pós-pandemia*, examinam dificuldades enfrentadas por docentes, estudantes e instituições durante o período de confinamento provocado pela pandemia de COVID-19, bem como soluções desenvolvidas e preservadas posteriormente.

Lidos em conjunto, esses trabalhos permitem reconhecer que a presença das tecnologias na educação não pode ser compreendida de maneira homogênea. Os contextos institucionais, as condições de acesso, as competências desenvolvidas e as intencionalidades pedagógicas interferem decisivamente em suas possibilidades. A experiência da pandemia tornou especialmente visíveis as insuficiências de uma compreensão meramente operacional da incorporação tecnológica.

A questão que permanece não é apenas quanto de tecnologia conseguimos introduzir nas instituições educativas, mas que relações pedagógicas, formas de conhecimento e possibilidades de participação estamos construindo com sua mediação. A inovação tecnológica pode ampliar experiências formativas, mas não substitui a reflexão sobre os fundamentos políticos, éticos e pedagógicos da educação.

Outra dimensão desse debate se apresenta no artigo *Educação em Valores Morais no Ensino Médio: a Literatura teatral (en)cena,* de Lígia Serrano Lopes e Rita Melissa Lepre. A investigação desenvolve atividades pedagógicas a partir da obra Auto da Barca do Inferno, de Gil Vicente, explorando possibilidades de formação do juízo moral por meio da literatura, do diálogo e da discussão de dilemas. Os resultados evidenciam avanços em dimensões como reciprocidade, respeito mútuo e resolução dialogada de conflitos.

A pesquisa nos permite recuperar uma questão que não pode ser secundarizada em tempos de profundas tensões sociais: a formação humana envolve também a construção de condições para reconhecer o outro, confrontar perspectivas, elaborar julgamentos e participar responsavelmente da vida coletiva. A dimensão ética da educação não se reduz à transmissão de valores previamente estabelecidos. Exige experiências formativas nas quais os sujeitos possam exercitar a reflexão, a convivência e o reconhecimento da alteridade.

Encerrando a edição, apresentamos a resenha da obra *Educação no governo Bolsonaro: inventário da devastação, organizada por Roberto Leher,* elaborada por Thais Morgado dos Santos Carvalho e Cristiane Mello de Miranda Silva. A presença dessa resenha ao final

do número nos remete diretamente às disputas políticas que atravessam a educação brasileira e às consequências de projetos governamentais para as instituições, as políticas públicas e os direitos educacionais.

O exame crítico desse período constitui uma exigência de compreensão histórica. Não basta identificar retrocessos ou registrar medidas que comprometeram a educação pública. É necessário investigar as racionalidades políticas que lhes deram sustentação, os interesses que mobilizaram e as consequências que continuam a produzir. A defesa da educação como direito social exige memória, análise crítica e capacidade de reconhecer as formas pelas quais projetos autoritários procuram reorganizar as relações entre Estado, conhecimento e sociedade.

Ao concluirmos a apresentação dos trabalhos, retornamos à inquietação que orientou este editorial. As rupturas que atravessam nosso tempo não eliminam as contradições historicamente constituídas. Em muitos casos, tornam-nas mais complexas, deslocam seus mecanismos e exigem outras formas de interpretação. A permanência de desigualdades, o controle sobre o trabalho docente, as disputas pela legitimidade dos conhecimentos e as tensões entre formação humana e racionalidade instrumental demonstram que nem toda mudança representa uma superação das condições que pretendemos transformar.

Entretanto, as pesquisas aqui reunidas também permitem reconhecer movimentos de resistência. Eles se manifestam na recuperação crítica da história, na afirmação de saberes historicamente silenciados, na defesa da autoria docente, na investigação coletiva das práticas, na construção de experiências formativas dialógicas e na busca de outros sentidos para a inovação e para a formação humana.

Não pretendemos atribuir a essas experiências uma potência transformadora automática. A resistência não se constitui apenas pela intenção de resistir, assim como a emancipação não decorre simplesmente da adoção de discursos críticos. Ambas exigem condições históricas, mediações institucionais, elaboração teórica e práticas coletivas capazes de confrontar as relações que sustentam as desigualdades e os processos de dominação.

Talvez seja essa uma das tarefas mais exigentes da pesquisa educacional contemporânea: não se deixar capturar pela aparência das novidades, nem permanecer aprisionada às explicações que já não alcançam a complexidade do presente. Precisamos de conhecimentos capazes de reconhecer o que permanece nas mudanças, o que se transforma nas permanências e, sobretudo, quais possibilidades históricas podem

ser construídas a partir das contradições que investigamos. *Perceber naquilo que parece morto, os gérmens do renascimento!*

Prezado leitor, ao apresentar este número da *Revista Pesquiseduca,* desejamos convidá-lo a participar desse movimento de reflexão. Que a leitura dos trabalhos não se encerre nas respostas que oferecem, mas provoque outras perguntas, novos confrontos teóricos e renovadas possibilidades de compreender e intervir na realidade educacional.

Afinal, em tempos de rupturas, talvez uma das formas mais necessárias de resistência seja preservar e fortalecer nossa capacidade coletiva de pensar criticamente, de produzir conhecimentos comprometidos com a vida e de não aceitar como inevitável aquilo que a história, por ser construção humana, ainda nos permite transformar.

Que este número da revista desencadeie novas perguntas e bom fluxo de pensamentos críticos

Maria Amélia do Rosário Santoro Franco
Editora-chefe da Revista Pesquiseduca